II. A CONFERÊNCIA DE 1888 E A INFALIBILIDADE

A atitude da Comunhão anglicana em relação à Igreja de Roma tomou uma direção mais ecumênica pela primeira vez durante a terceira Conferência de Lambeth em 1888. O contexto foi o relatório sobre a *Home-reunion* (reunião interna no mundo de língua inglesa). Esse relatório foi apresentado pela primeira das três comissões designadas no início da sessão para relatar as relações já existentes ou a serem estabelecidas com diversas Igrejas cristãs ao redor do mundo. Foi o primeiro verdadeiro esforço ecumênico de grande escala desde a desunião das Igrejas[11].

Com grande pesar, a comissão foi da opinião de que, nas circunstâncias atuais, é ***sem utilidade tratar da questão da união com nossos irmãos da Igreja romana****. Ela percebe, de fato, que qualquer proposta nesse sentido não seria considerada pelas autoridades dessa Igreja sem uma submissão total da nossa parte às* ***pretensões de autoridade absoluta****, e uma* ***aceitação dos outros erros, doutrinais e disciplinares****, contra os quais fomos obrigados a protestar por três séculos por fidelidade à Palavra de Deus e aos verdadeiros princípios de Sua Igreja***[12]**.

Essa citação fornece um ponto de partida de grande interesse. Foi redigida com termos escolhidos intencionalmente e com cuidado. Ela evoca claramente e sem rodeios **o princípio e o critério que determinam a atitude em relação a Roma**. Sem dúvida, os relatórios de Lambeth demonstrarão a presença, entre os bispos da Comunhão anglicana, de uma crescente atenção à possibilidade de uma aproximação entre Cantorbéry e Roma. No entanto, não se deve concluir que as Igrejas anglicanas estão, por sua parte, modificando suas posições de princípio.

Tanto dentro das Igrejas anglicanas quanto fora delas, há uma opinião de que não haveria nada em comum entre as duas rupturas: aquela que separou Cantorbéry e Roma, e aquela que dividiu a Reforma e a Igreja de Roma. Essas duas rupturas seriam de natureza totalmente diferente e, portanto, seria necessário descobrir entre elas apenas uma coincidência mais ou menos acidental. Tal visão tem o duplo defeito de contrariar a realidade histórica e de impossibilitar a compreensão dos motivos profundos e das intenções reais que inspiram as declarações e propostas anglicanas. É verdade que, devido ao seu maior respeito pela realidade histórica, as Igrejas anglicanas apresentam uma semelhança exterior mais marcante com a Igreja de Roma do que outras Igrejas da Reforma. Não se segue, como o próximo capítulo mostrará, que elas devem ser classificadas entre as Igrejas de «tipo católico».

Pode-se observar a presença, nas Igrejas anglicanas, de vários pontos externos que, ausentes nas outras Igrejas da Reforma, aparentam uma semelhança com a Igreja de Roma. No entanto, uma investigação teológica mais atenta revela que esses pontos de semelhança recebem das autoridades oficiais do anglicanismo uma interpretação que **se baseia em uma concepção das Escrituras, do Evangelho e da fé cristã (conscientemente ou não) em perfeita harmonia**

com os princípios fundamentais da Reforma.

Isso não é bem compreendido sem um conhecimento suficiente da natureza, da mentalidade, da atitude interior e da espiritualidade da Reforma. Sem uma certa familiaridade com o protestantismo continental, os anglicanos nem sempre percebem **o quanto eles são «protestantes»**.

A interpretação evangélica e reformada dos pontos de semelhança com as Igrejas "católicas" se impõe especialmente a quem negligencia as opiniões particulares em favor das declarações oficiais.

Alguns observadores católicos romanos concluem, erroneamente, que os anglicanos carecem de princípios, lógica e até mesmo de boa fé. Esse julgamento baseia-se em um equívoco, causado pelos defensores de posições extremas tanto dentro quanto fora do anglicanismo. De fato, os anglo-católicos mais avançados, assim como os protestantes mais radicais, negam à Igreja anglicana a sua estreita relação com a Reforma.

Voltemos agora ao trecho do relatório de Lambeth de 1888 que se refere à Igreja Católica. Nele, há um duplo rejeição.

A primeira rejeição diz respeito à **"pretensão romana à autoridade absoluta"**. **O anglicanismo compartilha essa postura com todas as outras Igrejas não romanas.**

O que pode não ser imediatamente aparente é que essa rejeição se dirige tanto a qualquer outra Igreja que reivindique para si mesma ou para sua confissão uma autoridade exclusiva e absoluta.

Essa rejeição anglicana deve ser compreendida à luz de uma tradição secular que começa com as duas apologias clássicas de Jewel (1562) e de Hooker (1594)[13]. Seguem-se os inúmeros tratados do século XVII, a era de ouro da teologia anglicana, onde floresceram **os teólogos carolinos** (*Caroline Divines*). Finalmente, atualmente, numerosas publicações defendem o ponto de vista anglicano autêntico contra possíveis desvios, seja no lado protestante ou católico-romano.

O recurso à tradição anglicana revela que o motivo principal para a rejeição de qualquer pretensão à autoridade absoluta reside na **convicção firme de que a autoridade absoluta pertence exclusivamente à "santa Palavra de Deus" que fala nas Escrituras Sagradas.**

O anglicanismo não nega que, iluminada pelo Espírito Santo, a Igreja tenha, na prática e em termos essenciais, desfrutado de uma certa "infallibilidade" na pregação da Palavra de Deus e na proclamação do testemunho dado a Cristo pelas Escrituras. O que nega é que essa infalibilidade exista sempre ***per se***, ou que as autoridades eclesiásticas possam reivindicar essa infalibilidade como uma qualidade que lhes pertence por si mesmas. A infalibilidade reside sempre na Palavra de Deus e deve sempre ser referida a ela.

A concepção dos reformadores sobre o lugar e o papel da Palavra de Deus, viva, criadora e em todas as coisas exclusivamente determinante, era compartilhada pelos teólogos anglicanos clássicos[14]. Nesse aspecto, a teologia anglicana também parte do princípio da ***sola Scriptura***, entendido em seu sentido original e positivo.

Consequentemente, **o anglicanismo não reconhece a nenhuma hierarquia eclesiástica, nem a uma declaração oficial, o direito de pretender uma autoridade infalível e absoluta. Nesse ponto crucial, o anglicanismo não se alinha definitivamente com as Igrejas de tipo "católico": nem com a de Constantinopla, nem com a de Roma.**

A posição anglicana resulta mais da aceitação dos princípios fundamentais da Reforma. No entanto, esses princípios foram aliardos conscientemente à abertura, tipicamente anglicana, a todas as contribuições, antigas ou modernas, do humanismo e do estudo científico das fontes. Essas incluem, em primeiro lugar, as Sagradas Escrituras, mas também os escritos dos Pais da Igreja, os decretos dos Conselhos da Igreja indivisa, os livros litúrgicos e todas as outras fontes onde se pode aprender "os verdadeiros fundamentos da Igreja de Deus".

Resulta daí que a Igreja anglicana nunca se deu ao trabalho de precisar bem o conteúdo da fé. Ela sempre manteve uma distinção muito clara entre o conteúdo central e essencial da fé apostólica e a elaboração teológica avançada em seus detalhes, entre os dados imutáveis e permanentes e a interpretação teológica de seu valor passageiro, insuficiente e transitório. Ela sempre manifestou repugnância a especulações abstratas distantes dos fatos solidamente estabelecidos.

O anglicanismo sempre manteve sua abertura a correções e novos pontos de vista. Ele vive de uma série de legados acumulados: o legado da Igreja indivisa, o legado do humanismo, o legado da Reforma do século XVI, e aquele que é constituído por tudo o que os séculos posteriores transmitiram de experiências inéditas e de noções renovadas.

O apelo à tradição não significa que esta seja, no anglicanismo, uma fonte distinta, igual ou superior à Escritura. No entanto, para quem deseja formar uma opinião bem fundamentada sobre o que a Escritura quer dizer quando fala das formas que a vida cristã assumiu progressivamente ao longo dos primeiros séculos, somente a tradição permite ver qual foi o papel da Palavra de Deus desde as origens na disciplina da Igreja.

Semelhante respeito pela antiguidade e mesmo apreciação dos "verdadeiros princípios da Igreja de Deus" também se encontram nos escritos dos Reformadores do século XVI, notadamente em Melanchton, Bucer e Calvino, e, nos séculos posteriores, em Hugo de Groot (Grotius), por exemplo, e em todos os teólogos que possuem uma vasta erudição teológica e um conhecimento das fontes da antiguidade cristã.

Desde seus primórdios, a Reforma lidou com uma tensão entre os líderes e o povo. Movimentos fanáticos e outros correntes extremistas surgiram do povo que se deixava levar pelo **desgosto por tudo o que podia lembrar o papismo abominável**. Instintos populares desse tipo continuam sua ação oculta e se expressam a todo momento na Inglaterra no slogan *No popery*. Diante de tais formas de extremismo, os reformadores anglicanos, assim como os do continente, sempre se reivindicaram da tradição da Igreja antiga e do sentimento comum dos Pais.

O que se ouve frequentemente afirmar, hoje em dia, é que o anglicanismo se distingue do cristianismo proveniente da Reforma por seu recurso à autoridade normativa da antiguidade na interpretação da Escritura em questões relacionadas à organização eclesiástica, aos ministérios e à

liturgia. Em realidade, o recurso à autoridade normativa da antiguidade não é de forma alguma característico do anglicanismo. Não pode ser usado para distingui-lo das Igrejas oriundas da Reforma. Não permite classificá-lo entre as Igrejas que, por sua concepção de autoridade e por sua atitude em relação à Escritura e à tradição, são completamente estranhas ao anglicanismo autêntico dos documentos oficiais.

O texto de 1888, citado acima, expressava também uma segunda recusa. Além das pretensões a uma autoridade absoluta, rejeitava ainda "outras erros tanto teóricos quanto práticos". Esses erros não são citados nominalmente no texto. No entanto, é importante que nos representemos claramente a natureza e a importância dos erros aqui mencionados.

Os bispos reunidos certamente tiveram em mente, em prioridade, **os erros romanos que são condenados pelos 39 Artigos da Igreja da Inglaterra**. Esses *Artigos da religião*, às vezes ironicamente chamados de *artigos de divisão*, são considerados por alguns anglicanos como um documento obsoleto, vestígio de uma época passada. Não obstante, o direito eclesiástico anglicano, revisado em 1959, considera-os uma fonte autorizada da doutrina professada pela Igreja da Inglaterra:

> *Artigo A, 5: A doutrina da Igreja da Inglaterra baseia-se nas Sagradas Escrituras e nos ensinamentos dos antigos Pais e dos Concílios da Igreja que estão de acordo com essas Escrituras. Esta doutrina se expressa particularmente nos* 39 Artigos de religião*, no* Livro de Oração Comum* e no Ordinal**[15]**.

Perguntemo-nos quais são os ensinamentos e as práticas que são rejeitados pelos 39 Artigos como erros da Igreja romana.

Os artigos 9 a 21, inclusivamente, condenam de forma indireta diversos ensinamentos relacionados ao pecado original, ao livre-arbítrio, à justificação, às boas obras, ao pecado cometido após o batismo, à eleição e à predestinação, à obtenção da salvação eterna, à Igreja e à autoridade na Igreja. Todas essas doutrinas são consideradas como erros romanos. **Sobre todos esses pontos, o anglicanismo se posicionou, com plena convicção e perfeita consciência, ao lado da Reforma, contra a Igreja de Roma.** Sem dúvida, às vezes se buscou mostrar que esses artigos fundamentais podem ser interpretados de uma maneira que se conforma às declarações e ao ensino do Concílio de Trento. Mas se essa interpretação fosse válida, se concluiria que a doutrina da Reforma também se alinharia, nesses pontos fundamentais, com a da Igreja de Roma. Não se deve, no entanto, concluir que as Igrejas anglicanas se posicionam ao lado da Igreja de Roma, pois a doutrina dos artigos 9 a 21 é uma doutrina puramente reformada. Retornaremos a esse ponto no próximo capítulo.

É a partir do artigo 22 que **os erros romanos** aparecem claramente designados. Este artigo é intitulado "do Purgatório". Aqui está a tradução:

> *A doutrina romana sobre o purgatório, as indulgências, o culto e a adoração tanto das imagens quanto das relíquias, e também a invocação dos santos, é algo frívolo, uma ideia quimérica e desprovida de fundamento nas Escrituras e que é, na verdade, contrária à Palavra de Deus***[16]**.

A devoção ao sacramento da Eucaristia que se desenvolveu na Idade Média é rejeitada no final do artigo 25:

> *Os sacramentos não foram instituídos por Cristo para serem contemplados e transportados, mas para que os utilizemos como convém***[17]**.

A doutrina da transubstanciação é rejeitada no artigo 28: "Da Ceia do Senhor":

> ***A transubstanciação (ou a mudança da substância do pão e do vinho) na Ceia do Senhor não pode ser provada pela Sagrada Escritura. Ela é contrária às claras expressões da Escritura, destrói a essência do sacramento e gerou muitas superstições[18]***.

O mesmo artigo termina declarando mais uma vez que "o sacramento da Ceia do Senhor não foi destinado, pela instituição de Cristo, a ser reservado, transportado, elevado ou adorado"[19].

Por fim, o artigo 31, em termos contundentes, se posiciona **de maneira clara com a Reforma continental contra a doutrina romana do sacrifício da missa:**

> *A oferta de Cristo feita uma única vez é essa perfeita redenção, propiciação e satisfação por todos os pecados do mundo, originais e atuais. E não há outra satisfação para o pecado que não seja essa. É por isso que os sacrifícios das missas, nos quais se dizia comumente que o sacerdote oferecia Cristo pelos vivos e pelos mortos, para obter a remissão da pena ou da culpa, eram fábulas blasfematórias e enganosas perigosas*[20].

A semelhança da Reforma continental, o anglicanismo viu na celebração da "Ceia do Senhor" um ofício de comunhão (the Holy Communion). **A Ceia é o memorial da morte na Cruz do Filho único de Deus, Jesus Cristo**, que, como diz o Cânon anglicano, *por meio da oferta de si mesmo feita uma única vez, ali (na Cruz) cumpriu um sacrifício, uma oblação e uma satisfação plenas, perfeitas e suficientes, pelos pecados do mundo inteiro, e que instituiu, e recomendou em seu santo Evangelho que continuássemos, um memorial perpétuo dessa preciosa morte até que ele retorne***[21]**.

Frequentemente, recorre-se a esse texto litúrgico para provar o caráter sacrificial do ofício anglicano de comunhão. Isso nos obriga a perceber que **é a noção reformada de sacrifício que predomina aqui**. De fato, o sacrifício consiste, nesta liturgia, principalmente, em louvor e ações de graças, e secundariamente, em uma consagração geral de si mesmo a Deus. A oração anglicana após a comunhão pede, de fato, a Deus para "aceitar este sacrifício de louvor e ações de graças" e, mais adiante: "Oferecemos e apresentamos, Senhor, a nós mesmos, nossa alma e nosso corpo, em um sacrifício razoável, santo e vivo"[22].

O anglicanismo opôs à doutrina e à prática da Igreja romana uma nova concepção do caráter sacrificial da Ceia. Essa nova concepção destaca a suficiência do sacrifício de Cristo, no sentido de que a Missa **não pode, em hipótese alguma, ter um caráter propiciatório** e que, muito menos, pode ser considerada um sacrifício no sentido verdadeiro e próprio da palavra[23].

O Dr. Carpenter, atualmente bispo de Oxford, publicou em 1955 uma nova edição revisada do excelente comentário de Bicknell sobre os *39 Artigos*. De acordo com este comentário, o artigo 31 não rejeitaria a doutrina do sacrifício eucarístico, mas condenaria apenas os abusos populares comuns nesse domínio[24]. O mesmo se aplicaria aos abusos condenados nos outros artigos mencionados anteriormente.

O comentário trata de cada um dos artigos, fazendo esforços meritórios, por um lado, para absolver a Igreja católica dos erros que lhe foram imputados erroneamente, e por outro lado, para enfatizar que o sentido original dos *39 Artigos* é católico. Assim, faz-se anteceder do título “o sacrifício eucarístico” o sexto parágrafo do capítulo que trata dos Artigos relacionados à sagrada comunhão. O caráter sacrificial da sagrada Eucaristia é literalmente mantido e é concebido de uma forma mais "católica" do que os autores dos *39 Artigos* teriam desejado. Pode-se ver aí a marca de uma **evolução progressiva da teologia anglicana na direção do catolicismo**. **Considerando-se, além disso, o desenvolvimento recente da teologia sacramental dentro da Igreja católica, pode-se falar de uma aproximação.**

Não obstante, o comentário de Bicknell e Carpenter continua a ser adversário das declarações do Concílio de Trento sobre a missa, embora não pareça ignorar as divergências que existem nesse campo entre os teólogos católicos. Carpenter não tem objeções a fazer à concepção que vê na missa uma representação do sacrifício da Cruz até o retorno de Cristo. No entanto, ele nega explicitamente que o sacrifício da missa seja "vere propitiatorium" e um "verum et proprium sacrificium". O autor também reconhece **que deve-se buscar na diferença das interpretações do caráter sacrificial da missa uma das principais razões que motivaram a declaração de 1896 sobre a invalidez das ordenações anglicanas:**

> ***O recente rejeição por Roma de nossas ordenações (orders) baseia-se na nossa recusa em aceitar uma doutrina que vê na Eucaristia um sacrifício que se acrescenta àquele do Calvário. A protestação levantada pelo nosso artigo manterá toda a sua atualidade enquanto essa doutrina continuar a ser ensinada, por mais refinada que seja a sua forma*[25].

Sairia do escopo deste capítulo aprofundar a diferença que, segundo os artigos citados, separa Roma e Canterbury. O objetivo do presente capítulo se limita, de fato, a expor a atitude oficial da Comunhão anglicana em relação à Igreja de Roma.

Quanto ao relatório de 1888, é útil indicar para finalizar que a encíclica de introdução estabelece uma comparação entre a Igreja do Oriente e a Igreja latina:

> *Constatamos com gratidão que (do lado do Oriente) não se ergue nenhum dos obstáculos que bloqueiam o caminho para a comunhão com os latinos: nem a promulgação do dogma segundo o qual a infalibilidade da Igreja se concentra na pessoa do Sumo Pontífice, nem a doutrina da Imaculada Conceição, nem qualquer outro dos dogmas impostos por decreto de concílios papais. A Igreja de Roma sempre tratou sua irmã do Oriente de forma injusta. Ela envia seus bispos como intrusos nos antigos dioceses e continua a aplicar um método de proselitismo ativo***[26]**.

---

[11] O relatório da comissão tem o título: «Relatório do Comitê nomeado para considerar quais passos (se houver) podem ser tomados corretamente em Nome da Comunhão Anglicana em direção à Reunião dos Vários Corpos nos quais o Cristianismo das raças de língua inglesa está dividido» (Cf. Ibid., pp. 156 e ss).

[12] «O Comitê, com profundo pesar, sentiu que, nas circunstâncias atuais, era inútil considerar a questão da Reunião com nossos irmãos da Igreja Romana, estando dolorosamente ciente de que qualquer proposta de reunião seria considerada pelas autoridades daquela Igreja apenas com a condição de uma completa submissão de nossa parte a essas reivindicações de autoridade absoluta e à aceitação de outros erros, tanto na doutrina quanto na disciplina, contra os quais, em fidelidade à Santa Palavra de Deus e aos verdadeiros princípios de Sua Igreja, temos estado obrigados a protestar por trezentos anos » (Ibid., p. 159).

[13] J. Jewel, *Uma Apologia da Igreja da Inglaterra*, 1562; *As Obras de John Jewel*, ed. pela Parker Society, Cambridge, 1848, vol. I, pp. 81-552. R. Hooker, *Tratado sobre as Leis da Polidade Eclesiástica*, livros I-IV, 1594; livro V, 1597; livros VI-VIII, póstumos 1648, 1662 e 1648 (edição moderna em 2 vol., Biblioteca Everyman's, Dent and Sons, Londres, 1907). Sobre Jewel, veja também J.E. Booty, *John Jewel como Apologista da Igreja da Inglaterra*, Londres, 1903.

[14] Sobre a natureza e o conteúdo deste testemunho fundamental, tesouro comum a todas as Igrejas da Reforma, veja: W.H. VAN DE POL, *Het Getuigenis van de Reformatie*, Roermond, 1960 (tradução alemã: *Das Zeugnis der Reformation*, Essen, 1963).

[15] «A doutrina da Igreja da Inglaterra está fundamentada nas Santas Escrituras e nos ensinamentos dos antigos Pais e Conselhos da Igreja que são concordes com as referidas Escrituras. Em particular, tal doutrina pode ser encontrada nos Trinta e Nove Artigos da Religião, no Livro de Oração Comum e no Ordinal» (*Canon Law Revision* 1959, p. 10).

[16] «A Doutrina Romana a respeito do Purgatório, Perdões, Adoração e Veneração, tanto de Imagens quanto de Relíquias, e também a invocação dos Santos, é uma coisa vã, inventada em vão e sem garantia nas Escrituras, mas que, pelo contrário, é repugnante à Palavra de Deus». Os *Artigos da Religião* estão impressos nas edições correntes do *Livro de Oração* da Igreja da Inglaterra. Tradução francesa parcial de G. Coolen, *História da Igreja da Inglaterra*, Paris, 1932, pp. 182-191. O art. 22 está na página 186 e ss.

[17] «Os Sacramentos não foram instituídos por Cristo para serem apenas contemplados ou carregados, mas para que os utilizemos devidamente», art. 25 (Coolen, p. 187).

[18] «A transubstanciação (ou a mudança da substância do Pão e do Vinho) na Ceia do Senhor não pode ser provada pelas sagradas Escrituras; mas é repugnante às palavras claras das Escrituras, subverte a natureza de um Sacramento e deu ocasião a muitas superstições», art. 28 (Coolen, p. 188).

[19] «O Sacramento da Ceia do Senhor não foi, por ordenação de Cristo, reservado, carregado, levantado ou adorado»; art. 28 (Coolen, p. 188).

[20] «A Oferta de Cristo, feita uma vez, é a perfeita redenção, propiciação e satisfação por todos os pecados de todo o mundo, tanto os originais quanto os atuais; e não há outra satisfação pelo pecado, senão essa única. Por isso, os sacrifícios das Missas, nos quais se dizia comumente que o Sacerdote oferecia Cristo pelos vivos e pelos mortos, para ter remissão da pena ou da culpa, eram fábulas blasfemas e enganos perigosos»; art. 31 (Coolen, p. 189).

[21] «(Jesus Cristo) que fez ali (na sua Cruz), pela sua única oblação de si mesmo uma vez oferecida, um sacrifício pleno, perfeito e suficiente, oblação e satisfação, pelos pecados de todo o mundo; e instituiu, e em seu santo Evangelho nos ordenou, que continuemos uma memória perpétua de sua preciosa morte até sua vinda novamente» (*Livro de Oração Comum*, *A Ordem para a Administração da Ceia do Senhor ou da Santa Comunhão*).

[22] «...aceitavelmente, para aceitar este nosso sacrifício de louvor e ação de graças... E aqui oferecemos e apresentamos a Ti, ó Senhor, a nós mesmos, nossas almas e corpos, para ser um sacrifício razoável, santo e vivo para Ti» (Ibid.).

[23] O Concílio de Trento, sessão XXII (17 set. 1562), trata da doutrina do Santo Sacrifício da Missa (Denzinger 937a - 956). Cap. 2 «Sacrificium visibile esse propitiatorium pro vivis et defunctis». Can. I «Se alguém disser que na Missa não é oferecido a Deus um verdadeiro e próprio sacrifício, ou que a oferta não é outra coisa senão dar-nos Cristo para se comer A.S.» (anátama seja).

[24] E.J. BICKNELL-H.J. CARPENTER, *Os Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra*, Londres, 3ª ed., 1953, p. 417: «Assim, este Artigo tem seu olhar em toda parte sobre os abusos medievais e sobre a tentativa do Concílio de Trento de protegê-los tanto quanto possível».

[25] «Como vimos, a mais recente negação romana de nossas ordens baseia-se em nossa rejeição de qualquer visão que considere o sacrifício da Eucaristia adicional ao de Calvário. Enquanto tal ensino for promovido, por mais refinada que seja a forma, o protesto de nosso Artigo não ficará ultrapassado» (Ibid., p. 418).

[26] «Refletimos com gratidão que não existem barreiras, como as apresentadas à comunhão com os latinos pela sanção formulada da Infallibilidade da Igreja residindo na pessoa do supremo pontífice, pela doutrina da Imaculada Conceição e outros dogmas impostos pelos decretos dos Conselhos Papais. A Igreja de Roma sempre tratou sua irmã Oriental injustamente. Ela intromete seus Bispos nas antigas Dioceses e mantém um sistema de proselitismo ativo». (*The Six Lambeth Conferences*, p. 115).

Revision #4
Created 23 August 2024 19:25:52 by Admin
Updated 23 August 2024 20:39:45 by Admin